



Notícias da Justiça e do Direito nos jornais desta quarta-feira

Durante a nova fase da operação "lava jato", denominada radioatividade, a Polícia Federal procurou evidências para confirmar as suspeitas de irregularidades sobre os contratos firmados entre Brasil e França para a construção de submarinos nucleares que seriam usados pela marinha brasileira. A Odebrecht é uma das empresas que forma o consórcio responsável pela construção dos veículos. Foi por causa da companhia que, em investigações anteriores da "lava jato", a PF suspeitou dos acordos firmados. As informações são da **Folha S.Paulo**.

Corrupção endêmica

O integrante da força-tarefa da "lava jato", procurador Athayde Ribeiro Costa, afirmou nessa terça-feira (28/7) que a corrupção no Brasil é endêmica e afeta vários setores. As informações são do jornal **O Globo**.

Acesso negado

O departamento jurídico da Odebrecht negou o acesso de policiais federais aos sistemas da empresa. A operação de busca e apreensão dos agentes ocorreu nessa terça-feira (28/7). Como justificativa, os representantes da companhia alegaram que as mensagens e informações da Odebrecht estão alocadas no exterior, estando assim fora da jurisdição brasileira. Em resposta, o juiz Sergio Moro enviou despacho afirmando que nenhum funcionário da empresa deve se opor ao cumprimento do mandado policial. As informações são do jornal **O Globo**.

Convocação mantida

O presidente da CPI da Petrobras, deputado Hugo Motta (PMDB-PB), afirmou que a convocação da advogada responsável por nove delações premiadas Beatriz Catta Preta está mantida. "Vamos fazer tudo o que for preciso para trazê-la aqui no momento certo", disse. As informações são da **Folha S.Paulo**.

Royalties sobre a soja

A Monsanto foi proibida pela Justiça do Rio Grande do Sul de cobrar 7,5% de royalties sobre a venda de soja que contém a tecnologia RR2. Em resposta, a Monsanto afirmou que não teve conhecimento da decisão judicial e que as cobranças pelo uso da tecnologia são regulares. Disse ainda que os valores são pagos apenas por produtores que usam sementes não regularizadas. As informações são do **Valor Econômico**.

Opinião

Conflitos Fundiários

Em artigo publicado pela **Folha de S.Paulo**, o presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo e o diretor da presidência da corte, José Renato Nalini e Wilson Levy, respectivamente, abordam a importância de serem criadas varas específicas para resolução de conflitos fundiários no Brasil. A medida já está sendo posta em prática no TJ-SP. Sua elaboração foi feita por todos os "atores institucionais afetados pela



questão urbana”. Os autores citam ainda que a expectativa de sucesso das varas especializadas é grande, principalmente pelo fato de outros temas (infância, violência doméstica, falências e meio ambiente) terem seguido esse caminho e apresentado resultados positivos.

Autores: Redação ConJur